

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA P₃ -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

DIREITO TRIBUTÁRIO I – GERAL

Questão 1

Os critérios de interpretação da norma jurídica são, em regra, o gramatical, o histórico, o lógico, o lógico-sistemático e o teleológico. Entretanto, o Código Tributário Nacional (CTN) apresenta algumas particularidades na interpretação da norma tributária. Considerando essas particularidades, assinale a opção correta acerca da aplicação da legislação tributária brasileira.

- A O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo sem previsão em lei.
- B A lei tributária definidora de infrações deve ser interpretada de forma mais favorável à aplicação da pena.
- C Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente que aplica a legislação tributária deve utilizar primeiramente a analogia e, por último, a equidade.
- D A equidade pode resultar na dispensa de tributo devido.
- E Aplicam-se os princípios de direito público antes da aplicação dos princípios gerais de direito tributário.

Questão 2

Assinale a opção correta em relação às espécies de tributo previstas no CTN.

- A O CTN aplicou a teoria pentapartida na previsão das espécies de tributos.
- B É de competência estadual a instituição de empréstimos compulsórios.
- C A Constituição Federal de 1988 (CF) acrescentou às espécies de tributo as contribuições especiais e os empréstimos compulsórios.
- D Os empréstimos compulsórios são contribuições especiais.
- E As espécies tributárias existentes no Brasil são: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Questão 3

Assinale a opção correta no que diz respeito aos impostos e aos respectivos fatos geradores.

- A O fato gerador do imposto pode ter como causa o princípio do não enriquecimento injusto.
- B Os impostos são cobrados independentemente da atividade estatal que beneficia o contribuinte.
- C Os impostos são uma remuneração paga ao estado pela exploração de seus bens.
- D Um imposto pode ter como fato gerador a valorização imobiliária.
- E Os impostos têm como fato gerador a utilização efetiva de serviço público.

Questão 4

Assinale a opção correta no que se refere aos elementos constitutivos dos tributos em geral.

- A A base de cálculo do tributo é um elemento material da exação fiscal, porque cuida do montante considerado para a incidência da alíquota.
- B Sujeito ativo da obrigação tributária é aquele que exige a prestação compulsória do contribuinte; é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para cobrar o tributo.
- C Contribuinte, na condição de sujeito passivo da obrigação principal, é aquele que tem relação direta, ou mesmo indireta, e pessoal com a situação que constitua o fato gerador do tributo.
- D Aquele que se reveste da condição de sujeito ativo e a quem a lei expressamente outorga a responsabilidade de retenção e recolhimento do tributo é o responsável tributário.
- E Os elementos constitutivos dos tributos em geral são os seguintes: elemento pessoal e elemento material.

Questão 5

À luz das normas gerais de direito tributário previstas no CTN e da repartição constitucional de competências, assinale a opção correta.

- A De acordo com a definição legal de tributo, constante no art. 3.º do CTN, a prestação deve ser instituída exclusivamente por lei complementar, razão por que taxas criadas por lei ordinária são inconstitucionais.
- B As normas gerais de direito tributário veiculadas por lei complementar vinculam apenas os entes federados distintos daquele que editou a lei, não se aplicando, por força da autonomia federativa, ao próprio ente legislador.
- C Lei ordinária federal pode definir fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes de impostos estaduais e municipais, desde que não altere a materialidade constitucional dos tributos.
- D Na ausência de lei complementar que disponha sobre conflito de competência tributária entre entes federados, é legítima a instituição do mesmo imposto por dois entes distintos, desde que não haja identidade absoluta de base de cálculo.
- E Compete à lei complementar estabelecer normas gerais sobre prescrição e decadência tributárias, sendo inconstitucionais leis ordinárias que disponham sobre tais matérias, ainda que editadas pelos próprios entes titulares da competência tributária.

Questão 6

O Sistema Tributário Nacional estrutura-se a partir de princípios constitucionais que limitam a atuação do Estado na instituição e cobrança de tributos. A respeito desses princípios, assinale a opção correta.

- A O princípio da anterioridade anual impede a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou, salvo exceções expressamente previstas na CF.
- B O princípio da vedação ao confisco impede exclusivamente a instituição de tributos com alíquotas fixas.
- C O princípio da capacidade contributiva aplica-se apenas aos impostos indiretos, em razão da repercussão econômica do tributo.
- D O princípio da isonomia tributária autoriza tratamento não uniforme entre contribuintes sempre que houver distinção econômica mínima.
- E O princípio da legalidade tributária admite exceções amplas sempre que houver interesse arrecadatório do Estado.

Questão 7

No que se refere às imunidades tributárias, assinale a opção correta.

- A As imunidades tributárias alcançam os impostos, não se estendendo, em regra, às taxas e contribuições.
- B A imunidade recíproca aplica-se a empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente da atividade exercida.
- C A imunidade dos templos de qualquer culto restringe-se às atividades estritamente religiosas, não alcançando seu patrimônio.
- D As imunidades configuram benefícios fiscais concedidos discricionariamente pelo ente tributante.
- E Tais imunidades decorrem exclusivamente de lei complementar, podendo ser livremente alteradas pelo legislador ordinário.

Questão 8

Em relação às espécies tributárias, assinale a opção correta.

- A A contribuição de melhoria tem como fato gerador o aumento da capacidade contributiva do proprietário do imóvel.
- B As taxas decorrem do exercício do poder de polícia ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível.
- C As taxas têm como fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica.
- D A contribuição de melhoria pode ser cobrada independentemente da valorização imobiliária.
- E Os impostos são tributos vinculados a uma atuação estatal específica em favor do contribuinte.

Questão 9

Com base nas regras constitucionais de repartição das receitas tributárias entre os entes federativos, assinale a opção correta.

- A A União pode dispor livremente sobre a totalidade da arrecadação dos impostos estaduais e municipais.
- B A repartição das receitas tributárias tem por finalidade promover o equilíbrio federativo.
- C A repartição das receitas tributárias autoriza a delegação da competência para instituir tributos.
- D A repartição das receitas tributárias altera a competência tributária dos entes federativos.
- E A repartição das receitas depende exclusivamente de lei ordinária federal.

Questão 10

Acerca da competência tributária e de suas limitações, assinale a opção correta.

- A A competência tributária é renunciável, desde que o ente federativo opte por não exercer sua competência constitucional.
- B A atribuição da capacidade tributária ativa transfere também a titularidade da competência legislativa tributária.
- C A competência tributária é indelegável, mas a capacidade tributária ativa pode ser atribuída a outra pessoa jurídica de direito público.
- D A competência tributária decorre exclusivamente das disposições do CTN, não tendo fundamento constitucional direto.
- E A competência tributária pode ser delegada a outro ente federativo, desde que mediante lei complementar e por prazo determinado.

Questão 11

A respeito da imunidade tributária, assinale a opção correta.

- A É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal (DF) e aos municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, não se estendendo essa imunidade, de forma automática, às suas organizações assistenciais e beneficentes, que deverão demonstrar o atendimento aos requisitos legais para reconhecimento da imunidade.
- B Os entes da Federação não poderão se utilizar do tributo com efeito de confisco, regra que se aplica às multas tributárias, de modo que a imposição de multa punitiva aplicada em virtude de sonegação, fraude ou conluio, no percentual de 100% do valor do tributo, viola o princípio da vedação ao confisco, conforme entendimento do STF.
- C Lei ordinária federal pode regulamentar a imunidade de contribuições para a seguridade social no caso de entidades beneficentes sem fins lucrativos.
- D A imunidade tributária musical não se estende à importação de suportes materiais produzidos fora do território nacional gravados com obras musicais de artistas brasileiros.
- E Os templos de qualquer culto têm imunidade tributária sobre o IPTU e a TLP de imóveis alugados de terceiros que sejam utilizados para suas atividades institucionais, salvo caso o contrato de locação transfira a responsabilidade do IPTU e da TLP do proprietário (locador) para a entidade religiosa (locatária).

Questão 12

Conforme o Sistema Tributário Nacional e o disposto na Constituição Federal de 1988, a competência tributária é indelegável. No entanto, a capacidade tributária ativa (função de arrecadar e fiscalizar) pode ser objeto de delegação. Diante do advento da Reforma Tributária (Emenda Constitucional n.º 132/2023) e da criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), é correto afirmar, quanto à capacidade tributária, que

- A o IBS é de competência compartilhada entre estados, DF e municípios, sendo a capacidade ativa exercida de forma coordenada pelo Comitê Gestor, preservadas as atribuições de fiscalização e lançamento dos respectivos entes, conforme dispuser a lei complementar.
- B a competência para instituir o IBS está na esfera de atribuição do Comitê Gestor, composto por representantes dos estados, do DF e dos municípios, a quem compete atuar de forma independente e centralizada na arrecadação e fiscalização, com o objetivo de buscar a máxima eficiência tributária.
- C o IBS possui inversadura de tributo federal, cuja competência foi transferida para a União, a quem caberá promover a arrecadação e o repasse aos estados, ao DF e aos municípios, a fim de diminuir o alto custo de conformidade e simplificar o procedimento arrecadatório.
- D a capacidade ativa do IBS pode ser delegada a pessoas jurídicas de direito privado, mediante procedimento licitatório a ser conduzido pelo Comitê Gestor, com a finalidade de otimizar a eficiência da arrecadação, sendo vedada, nesse caso, a delegação da competência tributária.
- E a reforma tributária extinguiu a distinção entre competência e capacidade tributária ativa em relação ao IBS, fundindo-as e atribuindo-as ao Senado Federal, que fixará a alíquota de referência.

Questão 13

Considere a ocorrência de uma operação de venda intermediada via comércio eletrônico (*marketplace*) de um produto remetido de Natal – RN para um consumidor final (não contribuinte domiciliado em Fortaleza – CE). Com base nesse caso hipotético e nas previsões da Lei Complementar n.º 214/2025 a respeito do imposto sobre bens e serviços (IBS), julgue os itens a seguir.

- I O imposto será devido integralmente ao estado de origem (Rio Grande do Norte), e o recolhimento do tributo deverá ser feito pelo vendedor.
- II O imposto será devido à União, que posteriormente repassará o fruto da arrecadação tanto ao estado do Ceará (50%) quanto ao estado do Rio Grande do Norte (50%), por intermédio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e durante o período de transição, sendo o consumidor final responsável pelo recolhimento da diferença de alíquota (DIFAL).
- III O imposto é devido no local de destino, mas o recolhimento é dispensado se o vendedor for optante do Simples Nacional, devido ao tratamento diferenciado extensivo às microempresas nas vendas interestaduais.
- IV O imposto será devido ao estado de destino (Ceará) e ao município de destino, e o recolhimento deverá ser realizado pela plataforma digital (*marketplace*) na qualidade de responsável tributária.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item IV está certo.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Apenas os itens I, II e III estão certos.

Questão 14

A empresa Alfa adquiriu o fundo de comércio da sociedade empresarial Beta, que encerrou suas atividades imediatamente após a referida operação de compra e venda.

Considerando-se essa situação hipotética e a regra de responsabilidade tributária na sucessão empresarial, é correto afirmar que

- A a extensão da responsabilidade da empresa Alfa pelos tributos devidos por Beta até a data da compra e venda do fundo de comércio será subsidiária, devendo o ente competente priorizar a cobrança em relação à empresa Beta e de seus sócios.
- B a responsabilidade pelos tributos devidos por Beta até a data do ato de compra e venda do fundo de comércio será preservada integralmente em relação à empresa Beta, considerando que a aquisição de fundo de comércio, conhecido como trespasse, é negócio jurídico bilateral, formal e oneroso.
- C a responsabilidade pelos tributos devidos por Beta até a data do ato de compra e venda do fundo de comércio será solidária entre Alfa e Beta, podendo o fisco dirigir a cobrança em face das duas sociedades empresárias.
- D a responsabilidade pelos tributos devidos por Beta até a data do ato de compra e venda do fundo de comércio será integral de Alfa, abarcando todo o crédito tributário, inclusive multas moratórias e punitivas.
- E a extensão da responsabilidade da empresa Alfa pelos tributos devidos por Beta até a data da compra e venda do fundo de comércio será limitada ao montante do patrimônio transferido, e restrita ao débito tributário atualizado.

Questão 15

Um contribuinte do Rio Grande do Norte obteve uma decisão liminar favorável proferida em sede de mandado de segurança a fim de obter a suspensão da exigibilidade de débito de ICMS do exercício de 2024. Posteriormente, a decisão foi cassada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, e o contribuinte manifestou interesse em pagar o débito, sem a incidência de juros de mora e multa pelo atraso no pagamento, referente ao período em que a liminar vigorou.

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção correta, a respeito das causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.

- A Haverá a incidência de correção monetária, que não representa um acréscimo (*plus*), mas visa apenas evitar uma perda (*minus*), mas não incidirão juros de mora nem multa, já que a exigibilidade estava suspensa por força de determinação judicial.
- B Não será devida a correção monetária, que ficará a cargo da instituição financeira, caso o contribuinte tenha efetuado o depósito judicial em dinheiro do montante integral na data devida, incidindo sobre o valor, todavia, juros de mora e multa, retroativos à data do vencimento original da obrigação.
- C A dívida deve ser paga pelo valor original, sem qualquer acréscimo (correção, juros e multa), em observância à segurança jurídica imposta pela decisão liminar obtida pelo contribuinte.
- D Sobre o valor devido incidirá apenas correção monetária, sendo vedada a cobrança de juros e multa moratória.
- E São devidos, além da correção monetária, juros de mora e multa, retroativos à data do vencimento original da obrigação, caso o contribuinte não tenha depositado em juízo o valor devido.

AD/SEFAZ/RN - Edital: 2025
de comércio da
suas atividades
e venda.
regra de
correto

Questão 16

A taxa é uma espécie de tributo que deve ser suportada pelo contribuinte, em virtude de um serviço prestado pelo poder público ou em razão do exercício regular do poder de polícia. Acerca das taxas, assinale a opção correta, à luz do CTN e do entendimento do STF.

- A As taxas decorrem do exercício do poder de polícia, atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público, concernente exclusivamente a segurança, higiene, ordem, costumes e tranquilidade pública.
- B A taxa é uma espécie tributária de competência comum, e será instituída de acordo com a competência de cada ente, podendo o município de Natal - RN, na sua base territorial, instituir taxa pela emissão de passaporte, mesmo que essa seja uma atividade de competência federal.
- C O STF entende ser constitucional utilizarem-se elementos da base de cálculo de um imposto no cálculo da taxa, mesmo que a identidade seja integral entre as bases do imposto e da taxa.
- D São constitucionais a instituição e a cobrança de taxa por emissão ou remessa de camês e(ou) guias de recolhimento de tributos.
- E São inconstitucionais normas municipais que disciplinem a cobrança de taxas relativas à prevenção e extinção de incêndio.

Questão 17

Acerca das garantias e dos privilégios do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A Os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso de processo de falência são extraconcursais.
- B O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição.
- C No caso de falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, podendo a lei estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- D Em qualquer hipótese, a administração pública da União, dos estados, do Distrito Federal, ou dos municípios não poderá celebrar contrato ou aceitar proposta em concorrência pública, caso o contratante ou proponente não faça prova da quitação de todos os tributos devidos à fazenda pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- E Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito para com a fazenda pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, mesmo que o contribuinte tenha reservado bens suficientes ao pagamento total da dívida inscrita.

Questão 18

Acerca da administração tributária, assinale a opção correta.

- A Os inventariantes são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, bastando haver intimação escrita da autoridade administrativa tributária.
- B É possível o intercâmbio de informação sigilosa no âmbito da administração pública, desde que seja realizado mediante processo regularmente instaurado para esse fim, e desde que a entrega seja feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo capaz de formalizar a transferência e assegurar a preservação do sigilo.
- C Em observância aos princípios da soberania nacional, independência nacional e não-intervenção, a fazenda pública da União não poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos, salvo se houver autorização específica do Congresso Nacional para a troca de informações.
- D É vedada a divulgação de informações relativas a incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.
- E Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos nele efetuados deverão ser conservados por 10 anos, contados desde a data das operações a que se refiram.

Questão 19

A Emenda Constitucional n.º 132 de 2023 introduziu o imposto seletivo (IS) no sistema tributário brasileiro, também conhecido como sin tax, com uma finalidade extrafiscal (ou regulatória), para desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Acerca desse tributo e de sua interação com os demais impostos do sistema, julgue os itens a seguir.

- I A receita do IS, de competência da União, pertence integralmente ao referido ente, não havendo previsão de repartição ou repasses aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- II O IS incide sobre aeronaves e embarcações, e as alíquotas aplicáveis nesse caso serão estabelecidas em lei ordinária e poderão ser graduadas conforme critérios de sustentabilidade ambiental nos termos da lei ordinária.
- III Não integra a base de cálculo do IS os montantes da CBS, do IBS e do próprio imposto seletivo incidentes na operação.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 20

O Código Tributário Nacional (CTN), em seu art. 116, parágrafo único, introduziu a chamada norma antielisiva. Considerada essa norma geral antievasão, para que a autoridade administrativa possa desconsiderar atos ou negócios jurídicos tidos por simulados, é necessária

- A apenas a constatação de que o contribuinte optou pela forma tributária menos onerosa, isto é, que escolheu o caminho do planejamento tributário abusivo.
- B autorização judicial prévia, uma vez que a desconsideração de negócio jurídico consolidado é matéria reservada ao contraditório e à ampla defesa.
- C a constatação de que houve dolo específico de sonegação fiscal, sendo irrelevante se a relação jurídica firmada possuía propósito negocial.
- D a regulamentação do dispositivo por lei ordinária específica, que defina os procedimentos a serem seguidos.
- E a lavratura imediata do competente auto de infração com multa qualificada, dispensando-se o procedimento especial de fiscalização.

DIREITO TRIBUTÁRIO II - REFORMA TRIBUTÁRIA

Questão 21

Assinale a opção correta em relação ao IPVA, considerando as alterações implementadas pela Emenda Constitucional (EC) n.º 132/2023:

- A O imposto incide sobre tratores e máquinas agrícolas.
- B O imposto incide sobre embarcações utilizadas para pesca industrial.
- C O imposto incide sobre embarcações de pessoa jurídica que detenha outorga para prestar serviço de transporte aquaviário.
- D O impacto ambiental do veículo é irrelevante para a fixação da alíquota do IPVA.
- E O imposto não incide sobre a propriedade de aeronaves agrícolas.

Questão 22

Assinale a opção que indica corretamente modificação no regramento constitucional do IPTU introduzida pela EC n.º 132/2023.

- A possibilidade de o imposto ter alíquotas diferentes de acordo com a localização do imóvel
- B possibilidade de o imposto ter alíquotas diferentes de acordo com o uso do imóvel
- C possibilidade de atualização da base de cálculo do imposto pelo Poder Executivo, conforme critérios previstos em lei municipal
- D imunidade tributária para os templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade religiosa sejam apenas locatárias do imóvel
- E possibilidade de o imposto ser progressivo em razão do valor do imóvel

Questão 23

Conforme a EC n.º 132/2023, o imposto seletivo

- A não incide sobre operações com telecomunicações.
- B será administrado por um comitê gestor.
- C incide sobre as exportações.
- D incide sobre operações com energia elétrica.
- E não integra a base de cálculo do ICMS.

Questão 24

O imposto seletivo

- A incide sobre todos os bens materiais ou imateriais, direitos e serviços.
- B será seletivo em função da essencialidade do produto.
- C não pode ter o mesmo fato gerador de outros tributos.
- D não integrará sua própria base de cálculo.
- E é um imposto sobre o valor agregado.

Questão 25

Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF), o IBS

- A terá alíquota única e uniforme em todo o território nacional.
- B incide sobre operações com bens, direitos ou serviços.
- C não incide sobre operações com bens imateriais.
- D não incide nas importações.
- E incide sobre as exportações.

Questão 26

A CF prevê que o IBS

- A será cobrado pelo somatório das alíquotas do estado e do município de origem da operação.
- B incide nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- C é um imposto de competência compartilhada entre União, estados e municípios.
- D é um imposto eumulativo.
- E será informado pelo princípio da neutralidade.

Questão 27

Compete ao Comitê Gestor do IBS

- I editar regulamento único e uniformizar a interpretação e aplicação da legislação do imposto.
- II arrecadar o imposto, efetuar compensações e distribuir o produto da sua arrecadação entre estados, Distrito Federal e municípios.
- III decidir o contencioso administrativo e efetuar a representação judicial dos entes no contencioso judicial envolvendo a cobrança do IBS.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 28

O Comitê Gestor do IBS

- A possui independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- B não se sujeita a controle externo.
- C é uma entidade privada.
- D será presidido preferencialmente por um representante dos estados.
- E é formado por representantes da União, dos estados e do Distrito Federal.

Questão 29

A competência para processar e julgar originariamente os conflitos entre os entes federativos e o Comitê Gestor do IBS no que se refere ao IBS e à CBS é

- A do STJ.
- B da justiça estadual de 1.ª instância.
- C do STF.
- D do Conselho de Harmonização do IBS/CBS.
- E da justiça federal de 1.ª instância.

Questão 30

A respeito da não cumulatividade do IBS e da CBS, assinale a opção correta

- I O IBS e a CBS devem observar as mesmas regras de não cumulatividade e de creditamento.
- II A isenção e a imunidade não implicarão crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes.
- III É vedada a compensação do imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado em operações em que seja adquirente de bens de uso e consumo pessoal especificados em lei complementar.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B ~~Apenas o item II está certo.~~
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D ~~Apenas os itens II e III estão certos.~~
- E ~~Todos os itens estão certos.~~

Questão 31

No que se refere à hipótese de incidência do IBS e da CBS, considerada a Lei Complementar n.º 214/2025, assinale a opção correta.

- A O IBS e a CBS não incidem sobre operações não onerosas, visto que a onerosidade é pressuposto fundamental para a incidência desses tributos.
- B A incidência do IBS e da CBS sobre operações de compra e venda de imóveis impacta a base de cálculo do ITBI.
- C Não incidem IBS nem CBS sobre fornecimento de serviços por pessoas físicas em decorrência de sua atuação como administradores ou membros de conselhos de administração e fiscal de empresas que sejam contribuintes desses tributos.
- D Na hipótese de fornecimento de diferentes bens e serviços em uma mesma operação, será obrigatória a especificação de cada fornecimento e respectivo valor, para fins do IBS e da CBS, ainda que todos os fornecimentos estejam sujeitos ao mesmo tratamento tributário.
- E O cumprimento de exigências legais, regulamentares ou administrativas pelos fornecedores é requisito essencial para a caracterização da incidência do IBS e da CBS.

Questão 32

Julgue os itens a seguir, acerca do aspecto temporal da incidência do IBS e da CBS, de acordo com as previsões da Lei Complementar n.º 214/2025.

- I Como regra geral, na prestação de serviços, o fato gerador do IBS e da CBS considera-se ocorrido no início do fornecimento.
- II Nas compras governamentais, considera-se ocorrido o fato gerador no momento em que se realiza o pagamento dos bens e serviços adquiridos pela administração pública direta, autarquias e fundações públicas.
- III Nas situações em que ocorra o pagamento, integral ou parcial, antes do fornecimento, as alíquotas serão as vigentes e aplicáveis à operação na data da emissão do documento fiscal eletrônico, em caráter definitivo, ainda que, posteriormente, na data do fornecimento, estejam vigentes outras alíquotas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B ~~Apenas o item II está certo.~~
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D ~~Apenas os itens II e III estão certos.~~
- E ~~Todos os itens estão certos.~~

Questão 33

Assinale a opção correta em relação à não cumulatividade do IBS e da CBS, de acordo com o previsto na Lei Complementar n.º 214/2025.

- A No regime específico de combustíveis, a apropriação de créditos de IBS e de CBS depende da comprovação de extinção dos débitos daqueles tributos.
- B O optante do Simples Nacional, que recolhe IBS e CBS dentro desse regime, poderá creditar-se de IBS e de CBS nas suas aquisições, desde que observe a proporção daqueles tributos em relação ao todo pago no recolhimento unificado.
- C Os créditos de IBS e de CBS podem ser transferidos a outras pessoas jurídicas, desde que observado o prazo de cinco anos, contado do primeiro dia do período subsequente ao de apuração em que tiver ocorrido a apropriação do crédito.
- D A isenção acarreta a anulação dos créditos relativos às operações anteriores, ao passo que a alíquota zero preserva os créditos relativos às operações anteriores.
- E No caso de o bem adquirido perecer, deteriorar-se ou, ainda, ser objeto de roubo, furto ou extravio os créditos de IBS e de CBS serão preservados.

Questão 34

A respeito do local da operação e da base de cálculo do IBS e da CBS, assinale a opção correta.

- A No caso de bem móvel material, considera-se local de operação aquele em que domiciliado o adquirente.
- B No caso de serviço de transporte de passageiros, considera-se local da operação o lugar de início do transporte.
- C O IBS e a CBS incidem sobre a operação integrando a própria base de cálculo, o que se denomina incidência "por dentro".
- D No caso de operação sem valor determinado, a base de cálculo do IBS e da CBS corresponderá ao valor de mercado dos bens ou serviços, entendido como o valor praticado em operações comparáveis entre partes relacionadas.
- E Os descontos concedidos sob condição não integram o valor da operação, para fins de delimitação da base de cálculo do IBS e da CBS.

Questão 35

No que concerne às modalidades de extinção dos débitos de IBS e de CBS, julgue os seguintes itens.

- I No caso de recolhimento do IBS e da CBS via split payment e de recolhimento pelo adquirente, a extinção dos débitos será vinculada à respectiva operação, ao passo que, no pagamento pelo contribuinte, a extinção dos débitos de IBS e de CBS, no período de apuração, orientar-se-á pela ordem cronológica do documento fiscal.
- II No âmbito do split payment simplificado, o percentual preestabelecido do valor das operações que corresponda aos valores do IBS e da CBS a serem segregados e recolhidos em decorrência da operação pode ser diferenciado por setor econômico ou por contribuinte.
- III No caso de pagamento indevido, o contribuinte fará jus à restituição do IBS e da CBS, ainda que a operação tenha gerado crédito para o adquirente dos bens ou serviços.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
 B Apenas o item III está certo.
 C Apenas os itens I e II estão certos.
 D Apenas os itens I e III estão certos.
 E Todos os itens estão certos.

Questão 36

No que concerne ao regime específico dos serviços financeiros relativo ao IBS e à CBS, assinale a opção correta de acordo com a Lei Complementar n.º 214/2025.

- A É vedado o creditamento de IBS e de CBS na contratação de serviços de ativos virtuais.
 B O contribuinte do regime regular que contrate operação de crédito poderá aproveitar crédito de IBS e de CBS relativo às despesas financeiras atinentes a essas operações efetivamente pagas, pelo regime de competência.
 C Na importação de serviços financeiros por contribuinte do regime regular, aplicar-se-á a aliquota zero, sem prejuízo da manutenção do direito à apropriação de créditos do IBS e da CBS relativos a essas operações.
 D Quaisquer serviços financeiros que sejam remunerados por tarifas e comissão estão submetidos às normas gerais de incidência do IBS e da CBS, e não às relativas ao regime específico.
 E Na liquidação antecipada de recebíveis de arranjos de pagamento, a base de cálculo do IBS e da CBS corresponderá ao desconto aplicado na liquidação antecipada, com a dedução de valor correspondente à curva de juros futuros da taxa DI, pelo prazo da antecipação.

Questão 37

Em relação aos regimes diferenciados do IBS e do CBS, em conformidade com a Lei Complementar n.º 214/2025, assinale a opção correta.

- A A redução em 30% das alíquotas de IBS e de CBS para a prestação de serviços profissionais intelectuais é incompatível com a figura da pejotização.
 B A aquisição de automóvel, por portador de deficiência, com redução em 100% das alíquotas somente se aplica às deficiências de grau grave.
 C A redução a 0% das alíquotas de IBS e de CBS alcança produtos agropecuários, a exemplo dos agrotóxicos.
 D A redução em 60% das alíquotas de IBS e de CBS sobre a prestação de serviços de comunicação institucional é aplicável quando os serviços sejam fornecidos à administração pública direta, às autarquias e às fundações públicas.
 E As atividades desportivas estão contempladas com a redução de 100% das alíquotas do IBS e da CBS.

Questão 38

Em relação aos regimes específicos do IBS e da CBS, conforme o disposto na Lei Complementar n.º 214/2025, assinale a opção correta.

- A Os adquirentes dos serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos possuem direito ao crédito do IBS e da CBS na proporção das alíquotas reduzidas em 60%.
 B Os apostadores de concursos de prognósticos, a exemplo das bets, não possuem direito ao crédito de IBS e de CBS relacionado ao valor que pagarem nas apostas.
 C O regime específico de bens imóveis não se aplica às operações de locação em que o locador seja pessoa física.
 D É vedada a apropriação e a utilização de créditos de IBS e de CBS para os adquirentes dos serviços de transporte coletivo de passageiros.
 E A base de cálculo do IBS e da CBS no fornecimento de alimentação por bares e restaurantes inclui a gorjeta incidente no fornecimento de alimentação.

Questão 39

Acerca da harmonização do IBS e da CBS, assinale a opção correta com base no disposto na Lei Complementar n.º 214/2025.

- A As entidades representativas de categorias econômicas podem acionar o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias para examinar controvérsias jurídicas relativas ao IBS e à CBS.
 B A missão de prevenir litígios relativos às normas comuns aplicáveis ao IBS e à CBS é atribuição exclusiva do Fórum de Procuradorias.
 C As resoluções aprovadas pelo Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias, a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, vinculam somente as administrações tributárias de todos os entes.
 D A interpretação da legislação relativa ao IBS e à CBS em relação às matérias comuns será realizada pelo Fórum de Procuradorias.
 E As decisões do Comitê de Harmonização devem ser tomadas à unanimidade dos membros presentes desse órgão colegiado.

Questão 40

No que concerne ao lançamento e à fiscalização do IBS e da CBS, observado o disposto na Lei Complementar n.º 214/2025, julgue os itens subsequentes.

- I A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios podem celebrar convênio para delegação recíproca da atividade de fiscalização do IBS e da CBS em qualquer processo fiscal.
- II O confronto entre as informações existentes na base de dados das administrações tributárias e as fornecidas pelo sujeito passivo ou por terceiros não exclui a espontaneidade do sujeito passivo para fins de responsabilidade por infrações à legislação tributária.
- III No lançamento de ofício do IBS e da CBS para a constituição do crédito tributário decorrente de procedimento fiscal, a exigência do crédito tributário e a aplicação de penalidade isolada devem ser objeto de um único auto de infração.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
 B Apenas o item II está certo.
 C Apenas os itens I e III estão certos.
 D Apenas os itens II e III estão certos.
 E Todos os itens estão certos.

**CONTABILIDADE AVANÇADA
E CONTABILIDADE DE CUSTOS**

Questão 41

Uma companhia aberta adquiriu um imóvel para uso, tendo arcado com os seguintes gastos.

preço à vista do imóvel	R\$ 1.950.000
ITBI, a cargo do comprador	R\$ 20.000
taxas relativas ao registro e à escritura do imóvel	R\$ 60.000
melhorias necessárias para colocar o imóvel em uso	R\$ 70.000
gastos que contribuíram indiretamente para a compra do imóvel	R\$ 3.000

Considerando que o valor residual do imóvel seja de R\$ 600.000 e que sua vida útil estimada seja de 30 anos, assinale a opção que apresenta o valor da depreciação contábil anual do imóvel, de acordo com o método linear.

- A) R\$ 48.000
- B) R\$ 50.000
- C) R\$ 65.000
- D) R\$ 67.766,67
- E) R\$ 70.100

Handwritten calculation:

$$\frac{1.950.000 + 20.000 + 60.000 + 70.000 + 3.000 - 600.000}{30} = \frac{2.053.000 - 600.000}{30} = \frac{1.453.000}{30} = 48.433,33$$
 (Note: The handwritten result is 48, which corresponds to option A.)

Questão 42

Cada uma das próximas opções apresenta uma situação hipotética. Com base na Resolução CFC n.º 1.303/2010, assinale a opção em que a situação descrita enseja o reconhecimento contábil de um ativo intangível.

- A) Um conjunto de projetos de patentes se encontra em fase de pesquisa.
- B) Direitos contratuais de propriedade industrial foram adquiridos em uma combinação de negócios.
- C) Foram realizados gastos subsequentes com marcas, e a separação de outros gastos incorridos no desenvolvimento do negócio como um todo apresentou-se inviável.
- D) Um software indispensável ao funcionamento de uma máquina industrial foi adquirido em conjunto com a referida máquina.
- E) Uma lista de clientes e de fornecedores foi gerada internamente.

Questão 43

Ao final do período de reporte, uma companhia identificou que uma máquina industrial de sua propriedade apresentava indícios de ter sofrido desvalorização. Para testar se a desvalorização de fato ocorreu e avaliar a necessidade de promover ajustes no valor contábil da referida máquina industrial, a empresa coletou as seguintes informações, relacionadas à máquina industrial ao final do período de reporte:

valor contábil	R\$ 150.000	R
valor justo	R\$ 152.000	MARCAO
valor em uso	R\$ 140.000	6.000
despesas de vendas	R\$ 7.000	

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que, ao final do período de reporte, o valor contábil da máquina industrial

- A) deve ser aumentado em R\$ 2.000, que representa o valor da reversão da perda por desvalorização do ativo reconhecida no período anterior.
- B) deve ser reduzido em R\$ 3.000, que representa o valor da perda por desvalorização do ativo.
- C) não deve ser reduzido, pois não foi confirmada a perda por desvalorização do ativo.
- D) deve ser reduzido em R\$ 10.000, que representa o valor da perda por desvalorização do ativo.
- E) deve ser reduzido em R\$ 5.000, que representa o valor da perda por desvalorização do ativo.

Questão 44

Com base na Resolução CFC n.º 1.151/2009, que trata do ajuste a valor presente, julgue os itens a seguir.

- I O procedimento de ajuste a valor presente é exigido apenas em relação aos elementos integrantes do ativo e do passivo que decorram de operações de longo prazo.
- II A abordagem a ser utilizada para a apropriação em resultado dos juros advindos do ajuste a valor presente é o método dos juros efetivos.
- III A aplicação do conceito de valor presente deve ser associada à mensuração de ativos e passivos na qual se considere, entre outros fatores, o preço para suportar a incerteza inerente aos fluxos de caixa (prêmios de risco).

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Questão 45

Assinale a opção correta a respeito de um critério contábil aplicável à consolidação de demonstrações contábeis.

- A Os resultados decorrentes de transações intragrupo que sejam reconhecidos em ativos não devem ser eliminados na consolidação.
- B As demonstrações contábeis consolidadas devem contemplar as diferentes políticas contábeis adotadas pelas empresas do grupo, independentemente da similaridade existente entre as transações realizadas pelas referidas empresas.
- C A combinação de itens similares de fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas está fora do escopo da consolidação.
- D No balanço patrimonial consolidado, as participações de não controladores devem ser apresentadas fora do patrimônio líquido, em uma conta específica do passivo.
- E O valor contábil do investimento efetuado pela controladora em cada uma de suas controladas e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada serão eliminados na consolidação.

Questão 46

Uma indústria adquiriu matéria-prima a prazo no valor de R\$ 50.000. No mesmo período, 30% dessa matéria-prima foi utilizada na produção, parte dos produtos fabricados foi vendida e 2% da matéria-prima restante foi perdida por deterioração no estoque.

Considerando essa situação hipotética e a terminologia da contabilidade de custos, assinale a opção correta.

- A No momento da compra, o valor total constitui gasto; quando aplicada à produção, a parcela utilizada torna-se custo; e a deterioração configura perda.
- B A matéria-prima somente será considerada gasto quando ocorrer o pagamento ao fornecedor, pois, antes disso, não há desembolso.
- C No momento da compra, o valor total constitui despesa; quando aplicada à produção, esta transforma-se em custo; e a perda por deterioração é classificada como investimento.
- D A parcela utilizada na produção é despesa; a parcela não utilizada é custo; e a deterioração representa desembolso.
- E Toda a matéria-prima adquirida é imediatamente classificada como custo, independentemente de sua utilização.

Questão 47

Supondo que uma empresa de produtos personalizados deseje organizar seus custos de acordo com a natureza de cada um deles, assinale a opção que apresenta o conjunto de nomenclaturas corretas quanto à natureza dos custos.

- A custos líquidos e brutos, custos totais e unitários
- B custos de capital, custos de oportunidade e custos históricos
- C custos diretos e indiretos, custos fixos e variáveis, custos primários e secundários
- D custos tributários, custos trabalhistas e custos financeiros
- E custos gerenciais, custos estratégicos e custos administrativos

Questão 48

Uma empresa de impressão recebeu um pedido especial com oferta de preço abaixo do praticado no mercado.

Considerando que a referida empresa utilize o custeio variável, assinale a opção correta acerca da análise que deve ser feita para avaliar o atendimento ao pedido na situação apresentada.

- A Pedido como o apresentado sempre deve ser recusado se o preço for inferior ao custo total.
- B Se o preço cobrir custos fixos e variáveis, o pedido gerará lucro.
- C Se o preço cobrir custos indiretos, não haverá impacto no lucro.
- D O custeio variável não permite avaliar decisões de preço.
- E Se o preço cobrir apenas os custos variáveis, o pedido contribuirá para reduzir prejuízo ou aumentar lucro.

Questão 49

Uma indústria que possui três departamentos — produção, manutenção e logística — decidiu alocar os custos do departamento de manutenção para os demais departamentos.

Nessa situação hipotética, o critério de rateio adequado consiste em

- A alocar todos os custos de manutenção apenas no departamento de produção.
- B ratear os custos proporcionalmente ao faturamento de cada departamento.
- C ratear os custos proporcionalmente ao volume de ordens de serviços atendidas pelo departamento de manutenção.
- D não alocar os custos de manutenção, pois eles são considerados fixos e não afetam a produção.
- E ratear os custos igualmente entre todos os departamentos, independentemente do uso de manutenção.

Questão 50

Uma empresa fabricante de alimentos processados utiliza o custeio por absorção e, durante um período, aumentou consideravelmente o estoque de produtos acabados.

Assinale a opção correta em relação ao efeito provável da situação apresentada sobre o lucro do período da empresa.

- A O lucro diminuirá, pois mais custos fixos permanecem no estoque.
- B O lucro aumentará apenas se o volume produzido for superior ao ponto de equilíbrio contábil.
- C O lucro permanecerá inalterado, pois o custeio por absorção não considera estoques.
- D O lucro será zero, já que os custos fixos absorvem todo o faturamento.
- E O lucro aumentará, pois parte dos custos fixos é alocada ao estoque, não sendo reconhecida como despesa imediatamente.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Questão 51

De acordo com a Lei estadual n.º 6.968/1996, o ICMS

- A não incide sobre serviços cuja prestação tenha-se iniciado no exterior.
- B não incide sobre operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia.
- C incide sobre operações com ouro, quando este estiver definido, em lei, como ativo financeiro.
- D incide sobre a entrada de petróleo, lubrificantes e combustíveis no território do estado do Rio Grande do Norte (RN), quando destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais.
- E incide sobre operações de arrendamento mercantil, inclusive sobre aquelas iniciadas no exterior.

Questão 52

Para fins de ICMS, conforme a Lei estadual n.º 6.968/1996 e a jurisprudência do STF, não se considera incentivo ou benefício fiscal

- A a isenção.
- B o crédito presumido.
- C o diferimento.
- D a devolução total ou parcial do imposto.
- E a redução de alíquota.

Questão 53

A respeito das obrigações acessórias atinentes ao ICMS, assinale a opção correta, em atenção à Lei estadual n.º 6.968/1996.

- A Para fins de alteração da inscrição no cadastro de contribuintes do estado do RN, é vedado à SEFAZ exigir garantias de créditos pendentes.
- B Sempre que possível, o contribuinte, o responsável ou o representante legal deverão recorrer ao uso de certificação digital emitida por autoridade certificadora credenciada para comunicação com a SEFAZ/RN e para cumprimento de suas obrigações tributárias.
- C Cada estabelecimento do contribuinte deve possuir uma escrita fiscal em separado voltada ao registro das operações ou prestações que realizarem, mesmo das que não sejam tributadas.
- D A Lei n.º 6.968/1996 admite a adoção de regime especial para facilitar o cumprimento das obrigações principal e acessórias pelo contribuinte, sendo prerrogativa exclusiva do fisco a competência para denunciar e revogar o referido regime.
- E A não observância dos requisitos ou das exigências regulamentares relativas à emissão do documento fiscal implica necessariamente que este último seja declarado inidôneo.

Questão 54

Com relação ao fato gerador do IPVA, conforme previsto na Lei estadual n.º 6.967/1996, assinale a opção correta.

- A No caso de perda da condição que fundamentava a imunidade ou isenção de IPVA, o fato gerador ocorrerá no dia 1.º de janeiro do exercício seguinte à referida perda.
- B No caso de veículo usado, oriundo de outra unidade federada, quando ausente a comprovação do pagamento de IPVA nesta última, o fato gerador ocorrerá na data em que o veículo ingressar no estado do RN.
- C No caso de veículo importado destinado ao ativo permanente da empresa importadora, o fato gerador ocorre na data do desembaraço aduaneiro.
- D No caso de veículo novo, adquirido no território nacional, o fato gerador ocorrerá no dia 1.º de janeiro do exercício seguinte ao da aquisição.
- E No caso de veículo novo de procedência estrangeira, quando importado por empresa revendedora, o fato gerador ocorrerá na data da aquisição por consumidor final.

Questão 55

Acerca dos elementos que compõem a regra matriz de incidência do IPVA, assinale a opção correta, de acordo com a Lei estadual n.º 6.967/1996.

- A Aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros são isentas do IPVA.
- B As sociedades de economia mista cujo acionista majoritário seja qualquer dos municípios do estado do RN são isentas do IPVA.
- C No caso de importação de veículo diretamente por consumidor final, a base de cálculo do IPVA não inclui o imposto sobre produtos industrializados e o imposto sobre operações de câmbio.
- D A perda total do veículo, por qualquer motivo que descaracterize sua propriedade, torna indevido o recolhimento do IPVA.
- E Os veículos movidos a motor elétrico sujeitam-se à alíquota fixa e linear de 0,5%.

Questão 56

No que concerne ao ITCMD, assinale a opção correta, em conformidade com a Lei estadual n.º 5.887/1989.

- A Nas doações, ainda que exista mais de um donatário, o fato gerador é uno, tomando-se como referência a figura do doador.
- B A doação de imóvel será isenta de ITCMD, desde que o donatário não possua qualquer outro imóvel e desde que utilize o imóvel doado para sua residência.
- C As transmissões de bens ou direitos legados ou doados aos templos de qualquer culto são isentas de ITCMD.
- D Os direitos pessoais à indenização por benfeitorias, transmitidos por herança, não se sujeitam à incidência do ITCMD.
- E A incidência do ITCMD contempla a transmissão causa mortis e a doação, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, incluídos os de garantia.

Questão 57

Ainda acerca do ITCMD, assinale a opção correta, de acordo com a Lei estadual n.º 5.887/1989.

- A A base de cálculo do ITCMD é o valor de mercado dos bens, direitos e créditos, no momento da ocorrência do fato gerador.
- B Para fins do cálculo de ITCMD, nas transmissões causa mortis, as despesas de funeral e inventário devem ser deduzidas do valor dos bens do monte situados no estado.
- C O local da operação para fins de incidência do ITCMD, quando o doador tiver domicílio ou residência no exterior, será aquele onde se encontrar o bem.
- D O inventariante é subsidiariamente responsável pelo ITCMD devido pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- E Nas cessões, o contribuinte do ITCMD é o cedente, figurando como responsáveis os tabeliães e demais serventuários de ofício em relação aos atos que praticarem, em razão de seu ofício, relacionados à cessão.

Questão 58

A respeito das operações com tributação monofásica do ICMS envolvendo gasolina, etanol anidro, combustível diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural, assinale a opção correta, considerando as previsões da Lei estadual n.º 6.968/1996.

- A. Nas operações interestaduais que envolvam apenas combustíveis que sejam derivados de petróleo, o recolhimento do ICMS caberá no estado onde ocorrer a produção, independentemente da condição do destinatário.
- B. Nas operações de importação que envolvam esses combustíveis, sejam eles derivados ou não do petróleo, considerar-se-á ocorrido o fato gerador no momento em que for registrada a entrada desses produtos no estabelecimento do importador.
- C. Nas operações interestaduais que envolvam apenas combustíveis que não sejam derivados do petróleo, destinados a não contribuinte do ICMS, o imposto deverá ser recolhido no estado de origem.
- D. Nas operações interestaduais que envolvam apenas combustíveis que não sejam derivados do petróleo, destinados a contribuinte do ICMS, o imposto deverá ser integralmente recolhido ao estado de origem.
- E. Nas operações interestaduais que envolvam apenas combustíveis que não sejam derivados do petróleo, destinados a não contribuinte do ICMS, o imposto deverá ser recolhido ao estado de destino.

Questão 59

Acerca dos aspectos atinentes ao aproveitamento de créditos e não cumulatividade do ICMS, julgue os itens a seguir, em conformidade com a Lei estadual n.º 6.968/1996.

- I. No caso de ICMS destacado em documento fiscal ser maior do que o exigível pela legislação, o crédito deverá ser proporcional ao imposto objeto de destaque.
- II. O contribuinte possui direito linear ao crédito de ICMS nas entradas onerosas de mercadoria no estabelecimento, ainda que esses bens se refiram a atividades alheias àquelas ali praticadas.
- III. A entrada no estabelecimento de energia elétrica consumida no processo de industrialização dá direito a créditos de ICMS.

Assinale a opção correta.

- A. Apenas o item II está certo.
- B. Apenas o item III está certo.
- C. Apenas os itens I e II estão certos.
- D. Apenas os itens I e III estão certos.
- E. Todos os itens estão certos.

Questão 60

Com relação ao IPVA, julgue os seguintes itens, conforme a Lei estadual n.º 6.967/1996.

- I. A impugnação ao lançamento de IPVA somente pode ser realizada até data de vencimento da primeira cota ou da cota única, cujos termos finais coincidem.
- II. A existência de débito de IPVA relativa a parcelamento não quitado impede a transferência da propriedade do veículo.
- III. Nas arrematações em hasta pública, nos casos em que o valor arrecadado no leilão seja insuficiente para a quitação do débito relativo ao IPVA, o débito não quitado deve ser lançado em desfavor do proprietário anterior.

Assinale a opção correta.

- A. Apenas o item I está certo.
- B. Apenas o item II está certo.
- C. Apenas os itens I e III estão certos.
- D. Apenas os itens II e III estão certos.
- E. Todos os itens estão certos.

Questão 61

Conforme disposto no Decreto estadual n.º 13.796/1998, constitui hipótese de impedimento do auditor fiscal para o exercício de fiscalização ou de diligências o fato de

- A. o auditor fiscal ser cônjuge ou companheiro do contribuinte.
- B. o contribuinte ter mantido relações comerciais com o auditor fiscal.
- C. o auditor fiscal receber presentes ou favores de pessoa interessada no procedimento.
- D. o contribuinte ser amigo íntimo ou inimigo capital do auditor fiscal.
- E. o auditor fiscal ser parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive, do contribuinte.

Questão 62

Assinale a opção correta a respeito dos prazos no processo administrativo tributário, com base nas disposições do Decreto Estadual n.º 13.796/1998.

- A. Os prazos processuais iniciam-se sempre no primeiro dia do mês subsequente ao da intimação.
- B. O início e o término do prazo independem do fato de haver expediente normal na unidade da administração tributária.
- C. Os prazos são computados em dias corridos, incluindo-se o dia do início.
- D. Os prazos fluem a partir da data do ato, independentemente da data de sua ciência.
- E. Os prazos são computados em dias úteis, excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.

Questão 63

A respeito dos efeitos da consulta, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 13.796/1998 do Rio Grande do Norte, assinale a opção correta.

- A. A apresentação de consulta eficaz impede a aplicação de penalidade relativamente à matéria consultada, no período compreendido entre a sua protocolização e os trinta dias ocorridos seguintes à ciência de sua solução.
- B. Produz efeitos a consulta ainda que verse sobre a inconstitucionalidade de lei estadual.
- C. Mesmo quando proferida resposta após o prazo para recolhimento do tributo, fica o contribuinte dispensado do recolhimento de acréscimos moratórios, haja vista a mora da administração tributária.
- D. Em razão da autonomia dos estabelecimentos da pessoa jurídica, os efeitos da consulta apresentada por um estabelecimento não aproveita aos demais estabelecimentos da mesma pessoa jurídica.
- E. A apresentação de consulta suspende o prazo para recolhimento do tributo, até a solução pela administração tributária.

Questão 64

A intimação por meio do domicílio tributário eletrônico considera-se realizada

- A. no dia em que o intimado acessar a intimação eletrônica ou no dia do término do prazo de 10 dias contados da disponibilização.
- B. no momento exato em que a mensagem é enviada pela repartição.
- C. apenas após o término do prazo de 10 dias contados da disponibilização.
- D. quando o contribuinte comparecer à repartição.
- E. após a publicação simultânea no Diário Oficial.

Questão 65

Considerando o conceito de mercadoria apresentado no Decreto n.º 31.825/2022 (RICMS/RN), assinale a opção correta.

- A Os bens importados para uso ou consumo do próprio importador não são considerados mercadorias.
- B A energia elétrica está excluída do conceito de mercadoria.
- C Consideram-se mercadoria apenas bens novos.
- D Bens destinados ao ativo permanente do importador não são considerados mercadorias.
- E Considera-se mercadoria qualquer bem móvel, novo ou usado, suscetível de circulação econômica, inclusive semovente e energia elétrica.

Questão 66

O fato gerador do ICMS ocorre

- A ao término da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de pessoas, bens, mercadorias ou valores executada por pessoas físicas ou jurídicas, por qualquer via ou meio.
- B no momento da saída de mercadoria do estabelecimento do contribuinte.
- C no início do transporte originado do exterior.
- D no momento da aquisição da mercadoria no exterior, antes mesmo do desembaraço aduaneiro.
- E no momento da desincorporação de bem do ativo permanente.

Questão 67

São amparadas pela não incidência do ICMS as operações

- A com ouro, em geral.
- B que destinem mercadorias para o exterior, assegurada a manutenção do montante do imposto cobrado nas operações anteriores.
- C com livros, em branco ou apenas pautados, para escrituração.
- D de qualquer natureza, das quais decorra a transferência de bens móveis, salvados de sinistro, a contribuintes do ICMS.
- E de arrendamento mercantil, nelas compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.

Questão 68

Assinale a opção correta no que diz respeito à incidência de ICMS nos serviços de comunicação, de acordo com o disposto no Decreto estadual n.º 31.825/2022.

- A A comunicação sonora é tributada, mas a visual é isenta de ICMS.
- B Incide ICMS sobre o provimento de acesso à Internet, considerado prestação onerosa de serviço de comunicação.
- C O rastreamento ou localização de bens ou pessoas não é considerado serviço de comunicação para fins de incidência de ICMS.
- D Não incide o imposto sobre ligações telefônicas internacionais quando o tomador estiver no Brasil.
- E O ICMS não incide sobre serviços de comunicação prestados a destinatário no exterior, em nenhuma hipótese.

Questão 69

Considerando que determinado contribuinte do ICMS tenha adquirido máquina industrial para integrar o ativo permanente de seu estabelecimento, assinale opção correta no que se refere à forma como deve ser apropriado o crédito de ICMS dessa operação, de acordo com o previsto no Decreto n.º 31.825/2022 (RICMS/RN).

- A É vedada a apropriação de créditos sobre a aquisição do bem, visto que ele se destina ao ativo permanente.
- B O crédito só poderá ser apropriado quando da futura alienação do bem adquirido.
- C A apropriação será feita à razão de 1/48 por mês, iniciando-se no mês da entrada da máquina no estabelecimento.
- D O contribuinte deve aguardar 12 meses de uso da máquina para iniciar a apropriação do crédito em 24 meses.
- E O crédito deve ser apropriado integralmente no mês da entrada da máquina no estabelecimento.

Questão 70

Considere que, em decorrência de um incêndio, 20% do estoque de matérias-primas da empresa Alpha S.A., contribuinte do ICMS, tenha sido destruído. Considere, ainda, que os créditos referentes às matérias-primas já tenham sido escriturados. Nessa situação hipotética, de acordo com o previsto no Decreto n.º 31.825/2022,

- A a empresa deve estornar ou anular os créditos relativos às matérias-primas destruídas no incêndio.
- B os créditos devem ser transferidos para o período seguinte, com redução de 20%.
- C a empresa pode manter os créditos, desde que comprove a situação por laudo pericial.
- D o estorno será facultativo caso as mercadorias tenham sido adquiridas de outro estado.
- E a empresa pode manter os créditos já incidentes na etapa anterior.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Questão 71

Em relação aos princípios do processo administrativo tributário (PAT), assinale a opção correta.

- A Princípios aplicáveis ao processo tributário na via judicial não são apropriados ao PAT.
- B Em virtude do princípio da verdade real, caso a administração tributária não consiga apurar de forma precisa a realidade dos fatos, ela deve abster-se de atuar o sujeito passivo.
- C O princípio da oficialidade implica que a administração tributária deve agir e impulsionar o PAT por iniciativa própria, independentemente de provocação das partes interessadas.
- D O princípio da fundamentação necessária das decisões aplica-se, essencialmente, apenas à decisão final do PAT.
- E O princípio da inquisitorialidade, no PAT, diz respeito ao largo espaço de discricionariedade de que a autoridade administrativa tributária é dotada.

Questão 72

Assinale a opção correta com base nas disposições do Decreto estadual n.º 13.796/1998 referentes ao auto de infração (AI).

- A Para cada infração tributária do mesmo sujeito passivo, deve lavrar-se um AI específico.
- B O auditor fiscal não poderá concluir a lavratura do AI sem a assinatura do autuado ou de seu representante legal, em face de recusa.
- C O AI é considerado nulo por incorreções e omissões.
- D Na constituição do crédito tributário, o AI será regido pelas normas vigentes no momento da conclusão do processo administrativo tributário.
- E Se o auditor fiscal constatar a ocorrência de infração tributária em determinado município, lá deverá ser lavrado o AI, ainda que o autuado tenha sede ou domicílio em outro município.

Questão 73

De acordo com as disposições do Decreto estadual n.º 13.796/1998, assinale a opção correta.

- A Concluída a fase de cobrança administrativa do crédito tributário, o processo deve ser remetido à procuradoria da dívida ativa, para arquivamento definitivo.
- B Na determinação do crédito tributário, não cabe aos auditores fiscais reexaminar matéria contida em período já abrangido por fiscalização anterior.
- C Caso o contribuinte não tenha sido cientificado pessoalmente da lavratura do AI durante o procedimento de fiscalização, a segunda via do termo deverá ser encaminhada imediatamente a ele.
- D O pedido de pericia será indeferido caso, entre outras hipóteses, a autoridade competente o julgue hiericamente protelatório ou considere impraticável a realização da pericia.
- E Por força do caráter oficial do processo administrativo tributário, a pericia sempre deve ser custeada pelo fisco.

Questão 74

A luz das disposições do Decreto estadual n.º 13.796/1998 no que diz respeito à organização do processo administrativo tributário, ao domicílio dos contribuintes e aos impedimentos, assinale a opção correta.

- A O domicílio fiscal das pessoas jurídicas de direito público pode ser diferente do da sede do órgão ou ente administrativo.
- B Requerimento manifestamente improcedente ou intempestivo de contribuinte poderá ser arquivado de imediato, sem necessidade de fundamentação expressa.
- C A mudança de domicílio tributário produz efeitos imediatos, tão logo comunicada à autoridade tributária.
- D O auditor fiscal que proferir qualquer despacho de impulsionamento de um PAT estará impedido de participar do julgamento desse processo nas demais instâncias.
- E A fim de proteger a privacidade dos contribuintes, os servidores da administração tributária não podem comunicar a outros órgãos os fatos de que tiverem conhecimento na ação fiscal.

Questão 75

Assinale a opção correta de acordo com as previsões do Decreto estadual n.º 13.796/1998.

- A Em regra, o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não é passível de alteração, mas isso pode ocorrer por iniciativa própria da autoridade julgadora.
- B Uma vez inscrito o crédito tributário na dívida ativa, ele não mais pode ser alterado.
- C Após o parcelamento correspondente a crédito tributário, não se permite a inscrição deste em dívida ativa.
- D Se, no julgamento de AI, o fisco constatar matéria tributária com exigência não formalizada, esta não poderá gerar novo auto, em virtude do princípio da segurança jurídica.
- E Suponha que seja necessária uma correção de erro identificado na formalização do crédito tributário na lavratura do AI e que isso venha a onerar o contribuinte. Nesse caso, não há necessidade de nova comunicação ao contribuinte, desde que ele tenha sido devidamente cientificado a época da lavratura do termo.

Questão 76

A respeito da representação fiscal para fins penais (RFFP), assinale a opção correta de acordo com o Decreto estadual n.º 13.796/1998.

- A A formalização da RFFP sempre deve ser simultânea à exigência do crédito tributário, sob pena de prevaricação.
- B A fim de se preservar a segurança dos agentes públicos relacionados à ação fiscal, seus nomes não podem ser indicados na RFFP.
- C Para evitar procedimentos burocráticos desnecessários, os documentos de interesse interno, como termos lavrados durante a ação fiscal, não precisam integrar a RFFP.
- D Diante da constatação de possível cometimento de crime contra a ordem tributária, o auditor fiscal deve formular RFFP e dirigi-la ao Ministério Público assim que concluída a lavratura do AI.
- E Além da descrição dos fatos que possam caracterizar crime contra a ordem tributária, a RFFP deve esclarecer o modo de proceder das autoridades administrativas e os efeitos pretendidos ou alcançados.

Questão 77

De acordo com o Decreto estadual n.º 13.796/1998, o processo administrativo tributário compreende

- I o recurso voluntário de decisão proferida em primeira instância.
- II a aplicação de penalidade administrativa a auditor fiscal.
- III a impugnação de despacho denegatório de pedido de restituição, ressarcimento, compensação, isenção e de outros benefícios fiscais.
- IV a edição de decreto regulamentador da legislação tributária.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

Questão 78

Assinale a opção correta acerca do processo administrativo tributário conforme o Decreto estadual n.º 13.796/1998.

- A Não cabe cobrança de custas por atos praticados em processo administrativo tributário.
- B Na produção de elementos para julgamento do processo administrativo tributário, a autoridade administrativa deve restringir-se aos fatos alegados pelas partes ou pelos interessados.
- C No litígio administrativo, ocorre desistência apenas mediante manifestação expressa do interessado.
- D A inobservância de exigências formais não invalida os atos processuais, que serão aproveitados, sempre que suficientes à obtenção da certeza e à segurança processual.
- E A conduta de grafar expressões ou referências ofensivas em processo administrativo tributário não enseja sanção penal, cabendo apenas a determinação de supressão das expressões, a ser imposta pelo chefe da repartição em que o processo tramitar.

Questão 79

Assinale a opção correta a respeito do PAT, consoante as disposições do Decreto estadual n.º 13.796/1998.

- A Apenas o AI pode funcionar como peça inicial do PAT.
- B Após o preparo do processo, o PAT não pode prosseguir sem o pronunciamento do autor da exigência tributária.
- C Iniciado o PAT com o AI, não mais cabe realizar diligências.
- D Os atos processuais do PAT não precisam ser praticados na unidade regional de tributação do domicílio fiscal do contribuinte.
- E A formulação de consulta acerca da matéria objeto da exigência tributária não interfere no prazo de impugnação do sujeito passivo, após iniciado o PAT.

Questão 80

Em relação às notícias de infração tributária, ao parcelamento, à denúncia espontânea, ao depósito em garantia e às certidões segundo o regime estabelecido no Decreto estadual n.º 13.796/1998, assinale a opção correta.

- A Uma vez que o sujeito passivo interponha recurso administrativo contra o julgamento de AI, não caberá mais a concessão de parcelamento a ele.
- B Cidadãos em geral não estão, em regra, obrigados a comunicar à administração tributária fatos que saibam ser lesivos à fazenda pública por infração tributária de terceiros, embora possam fazê-lo, com preservação do sigilo de sua identidade durante as investigações do objeto da denúncia.
- C A denúncia espontânea da infração tributária pelo sujeito passivo exclui sua responsabilidade pela respectiva penalidade e pela mora no cumprimento das obrigações aplicáveis.
- D Após a lavratura do AI, o sujeito passivo não mais pode efetuar depósito em garantia com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário.
- E Certidões concernentes à situação de sujeito passivo perante a administração tributária estadual apenas produzem efeito próprio de certidão negativa se ele não tiver registro de possível responsabilidade tributária ou se houver efetuado o pagamento integral do crédito tributário.

Espaço livre